

COMITÊ DE GREVE DOS ESTUDANTES DA FMBRU-USP SE POSICIONA SOBRE MANIFESTAÇÕES DA DIREÇÃO DA FACULDADE

À comunidade acadêmica da USP, aos nossos estudantes e à população de Bauru e região, agora os estudantes que vão falar!

O Comitê de Greve dos estudantes da Faculdade de Medicina de Bauru da Universidade de São Paulo (FMBRU-USP) vem a público esclarecer alguns pontos apresentados pela Direção da Faculdade em manifestação recente, uma vez que determinadas afirmações não correspondem às questões efetivamente apresentadas pelo movimento estudantil.

Dirigimo-nos a todos vocês para trazer respostas necessárias sobre o momento de extrema importância, união e mobilização estudantil pelo qual passa a FMBRU-USP.

Quem está reafirmando um compromisso com o nosso futuro somos nós.

Currículos, documentos e formalidades não são suficientes para o dia a dia de quem enfrenta descaso e não é ouvido. Legitimidade é algo que se constrói junto aos estudantes, uma vez que somos todos agentes constituintes da formação e transformação do ambiente universitário e seus desdobramentos frente à população e aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Nós, estudantes, trazemos uma trajetória de **LUTA**, muito estudo e dedicação, provenientes dos mais diversos estados e até de outros países. Deixamos nossas famílias, nossas casas e viemos para Bauru com um compromisso: nos formarmos excelentes médicos, o que um diploma USP exige. Ou, pelo menos, deveria exigir.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que as reivindicações dos estudantes **não se fundamentam no currículo ou na trajetória acadêmica do atual Diretor pro tempore. Não é sobre Lattes, é sobre ação.** A questão central é a atuação da gestão e seus impactos concretos sobre a graduação e sobre a comunidade acadêmica.

Da mesma forma, a presença de estudantes nas Comissões e Colegiados da Faculdade não constitui uma concessão da Direção. A representação discente é prevista regimentalmente e garante aos estudantes participação nesses espaços. Atualmente, a representação é limitada a um representante titular e um suplente em cada Comissão, enquanto o restante é composto majoritariamente por docentes, especialmente pelos mesmos docentes em diversas comissões, o que restringe a pluralidade de perspectivas.

O representante discente tem direito à voz nesses espaços e recebe as pautas das reuniões com antecedência limitada, em geral de 48 horas. A questão apresentada pelo movimento não é a ausência **formal** de representação, mas a **efetividade dessa participação**. Não basta ocupar uma cadeira se as manifestações e argumentações dos estudantes não são efetivamente consideradas nos processos de discussão e deliberação.

O que estamos reivindicando é que sejamos ouvidos.

De fato, a Congregação da Faculdade é transmitida publicamente. Todavia, na prática, parcela significativa do tempo é ocupada pelo momento de palavra da Direção e

das Presidências, restando o tempo remanescente para os muitos assuntos em pauta. Essa dinâmica reforça a percepção dos estudantes de que esses espaços têm assumido caráter predominantemente deliberativo, com pouco espaço efetivo para discussão e construção coletiva das questões apresentadas.

Diálogos vazios, diálogos “para inglês ver” ocorrem diariamente. Terceirizações de responsabilização já são rotina para nós. Somos constantemente culpados e diminuídos pelas exigências que fazemos.

Somos acusados de pedir muito ao exigirmos transporte aos campos de estágio em outras cidades. Somos acusados de pedir muito ao exigirmos garantia de alimentação nos estágios. Somos acusados de pedir muito ao exigirmos bons campos de estágio. Somos acusados de pedir muito ao exigirmos orientações e respeito de preceptores em campos de estágio. Somos acusados de pedir muito ao exigirmos deliberações concretas, providências sendo tomadas, e não mais criação de cargos vazios para estudantes ocuparem e constantemente serem alvo de constrangimentos, ameaças e carregarem consigo o peso de serem os responsáveis por lidarem com os impasses institucionais para garantirmos direitos básicos.

Para engrenagens cujas peças estão encaixadas, as vias institucionais são bem-vindas. Quando não há **RESPOSTAS**, as conversas são apenas uma estratégia a ser adotada pela FMBRU e, também, adotada pelo Prof. José Sebastião em seu vídeo no Instagram: **prioriza-se DIZER QUE OUVI, MOSTRAR QUE OUVI, mas nunca ouvir e resolver as demandas de fato.**

O Prof. Dr. José Sebastião preferiu pegar o precioso tempo de sua agenda - que estava lotada, segundo seus secretários - para gravar um vídeo para o Instagram e prezar por sua imagem frente a todos, mas não houve tempo para marcar uma reunião com os estudantes e negociar possíveis transformações estudantis.

É importante também esclarecer que, em nenhum momento, as reivindicações dos estudantes foram fundamentadas na alegação de ausência de recursos financeiros da FMBRU ou da Universidade de São Paulo. Falar sobre orçamento é uma tentativa de tangenciar nossas reivindicações e cooptar o público leigo. O questionamento apresentado diz respeito à **gestão dos recursos e das estruturas existentes, bem como à definição de prioridades institucionais.**

Com 30 meses de existência, podemos dizer que a FMBRU é sólida e forma bons profissionais, mas isso devido à dedicação de docentes, discentes e servidores, que constantemente vão atrás de vias alternativas e formas de compensar a falta de estrutura de ensino, pesquisa e extensão que a FMBRU dispõe a seus alunos.

Professor Sebastião, o senhor acha que a nota 5 no ENAMED se conquistou de que forma? Garantimos que não graças aos esforços exclusivos da diretoria da FMBRU, porque a instituição não soube nem ao menos instruir os próprios alunos quanto ao código que precisava ser apresentado para se formarem, trazendo um risco à colação de grau dos nossos alunos do 6º ano.

A nota 5 obtida pela FMBRU no ENAMED não pode ser utilizada, isoladamente, como demonstração da qualidade da Faculdade. Trata-se de um resultado obtido pelos estudantes que realizaram a avaliação de múltipla escolha e que, portanto, não pode ser automaticamente e diretamente convertido em uma avaliação abrangente da estrutura, da gestão ou do projeto formativo da instituição. O corpo discente da FMBRU-USP passou por um dos processos seletivos mais concorridos do Brasil para ingressar à Universidade, isso precisa ser levado em consideração.

Isso é irônico, porque o ENAMED é uma das formas de ingresso em programas de residência médica e o próprio Prof. Sebastião já disse que os médicos que a Faculdade de Medicina de Bauru da Universidade de São Paulo está formando não estão prontos para atender a população. Ele assumiu que depende de bons programas de residência compensarmos as brechas que a formação que ele está dirigindo tem.

Falando em residência, gostaríamos também de convidar o Prof. Dr. José Sebastião a, além de uma abertura aos estudantes da graduação, também abrir suas portas a ouvir os residentes destes programas de residência que tanto se gaba. Programas que foram criados e apresentam diversos pontos a serem melhorados, trabalhados e, nada disso sai do lugar, se o Sebastião não se colocar à disposição de ouvir seus médicos residentes.

A FMBRU iniciou seu primeiro ano com 15 programas de residência, com mais de 60 vagas de residência, ao mesmo tempo em que os estudantes relatam impactos sobre a graduação e, particularmente, sobre o internato, diante da sobreposição de atividades e da ausência de uma divisão clara de competências em determinados cenários.

Diante disso, os questionamentos permanecem: **onde estão os residentes correspondentes às vagas criadas? Como está sendo organizada a divisão de competências entre graduação e residência? Onde estão os egressos da própria FMBRU que, segundo o discurso da diretoria, necessariamente deveriam seguir para a residência?** Se a formação oferecida pela graduação é considerada insuficiente para que um egresso exerça a profissão imediatamente após sua conclusão, qual é o planejamento institucional junto ao Ministério da Saúde para garantir que os estudantes de todo o Brasil tenham acesso às vagas de residência necessárias à sua formação?

Também questionamos a própria organização dos campos de prática. Como estão sendo realizados os estágios e o internato? A expansão da residência não pode ocorrer de maneira dissociada da graduação, especialmente quando há sobreposição de espaços, atividades e responsabilidades formativas.

Nesse contexto, há ainda questões objetivas relacionadas ao COAPES Bauru que permanecem sem respostas. Onde está o COAPES que estabelece as regras para utilização da rede municipal e a distribuição das vagas de estágio? Como foi organizada a divisão dos campos de prática disponibilizados pelo município? Por que a USP estaria sendo preterida no acesso à rede municipal de saúde? Como estão sendo definidos atualmente os campos destinados à graduação da FMBRU?

Essas questões são particularmente relevantes porque a formação médica da FMBRU depende diretamente da existência de campos de prática adequados e suficientes. Se a Faculdade tem como compromisso formar médicos para atender à população, é necessário garantir que os estudantes tenham efetivo acesso aos serviços de saúde nos quais essa formação deve ocorrer.

Nós queremos atender à população de Bauru. É também por isso que estamos em greve. A formação médica não pode ser dissociada da responsabilidade social assumida por uma Faculdade pública de Medicina.

Nesse sentido, também causa preocupação a afirmação de que os egressos não estariam preparados para atuar como médicos após a conclusão do curso. Se a compreensão institucional é de que o exercício profissional imediatamente após a graduação representa um risco, essa questão deveria ser enfrentada no âmbito das políticas públicas de formação e exercício profissional, e não pela redução das oportunidades práticas oferecidas aos estudantes durante a graduação ou pela construção de um percurso formativo que os conduza, necessariamente, à residência como condição para adquirir competências que deveriam ser desenvolvidas durante o curso.

É importante ressaltar que as reivindicações apresentadas pelo movimento estudantil são, fundamentalmente, reivindicações relativas à **graduação**. Por isso, quando questões relacionadas à graduação são respondidas reiteradamente com referências à pós-graduação e aos programas de residência, isso reforça entre os estudantes a percepção de que a expansão da pós-graduação vem recebendo maior atenção institucional do que as necessidades atuais da formação médica na graduação.

A declaração do professor José Sebastião dos Santos de que atua há 14 anos em Bauru também é factualmente contraditória, baseada nos registros administrativos da Universidade de São Paulo (USP). A trajetória do docente esteve historicamente vinculada à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP) até março de 2018, data em que ocorreu sua primeira designação oficial para o campus de Bauru, acumulando a coordenação do curso de medicina e a superintendência *pro tempore* do Centrinho (HRAC). No entanto, o vínculo inicial durou pouco mais de um ano: em junho de 2019, o médico foi sumariamente exonerado pela Reitoria da USP após divergências e dificuldade de diálogo com as demais instâncias locais a respeito do modelo de gestão pedagógica e da rede assistencial. Entre o seu afastamento em 2019 e o seu subsequente retorno em março de 2024 para assumir a direção provisória da nova Faculdade de Medicina de Bauru (FMBRU-USP), houve um hiato de quase cinco anos fora da administração local.

Por fim, é necessário esclarecer a afirmação de que a Direção teria se sentado à mesa para dialogar com os estudantes.

Houve, de fato, uma reunião com **representantes** da “Diretoria”, professores e servidores. Entretanto, o encontro não contou com a presença do Diretor *pro tempore* nem da Presidente da Comissão de Graduação, justamente duas das principais figuras diretamente envolvidas nas questões apresentadas pelo movimento estudantil.

Cabe destacar, ainda, que o Diretor é atualmente o único dirigente de Unidade da USP que não conta com um Vice-Diretor, o que se soma à sua divisão de atuações entre a Faculdade de Medicina de Bauru e a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, reduzindo ainda mais a disponibilidade para o diálogo e o acompanhamento cotidiano das demandas da comunidade acadêmica.

Nossa mobilização **não é contra a expansão da Faculdade, contra a residência médica ou contra qualquer membro específico da comunidade acadêmica**. Nossa reivindicação é para que a expansão institucional seja acompanhada pela garantia da qualidade da graduação, pela ampliação das oportunidades de formação prática, pela efetiva participação discente e pelo estabelecimento de um diálogo democrático e respeitoso com os estudantes.

É justamente por entendermos a importância da FMBRU para Bauru, para o SUS e para a formação de médicos comprometidos com a população que estamos fazendo essas cobranças.

A greve não é o objetivo final do movimento estudantil. Ela é consequência do esgotamento das tentativas de diálogo e um instrumento utilizado para chamar atenção para questões que, para nós, não podem mais ser adiadas.

E nós, estudantes, temos que dizer à sociedade que: **permaneceremos lutando, estudando, nos atualizando e nos capacitando**. Por mais que, muitas vezes, a Diretoria da FMBRU dificulte que conquistemos isso.

Tudo isso porque acreditamos veementemente em uma formação médica de qualidade e no compromisso que os estudantes da Faculdade de Medicina de Bauru da USP têm com a população de Bauru e todos os usuários do Sistema Único de Saúde.

Por fim, chama atenção a disponibilidade demonstrada pela Direção para a produção de notas e vídeos destinados às mídias, ao mesmo tempo em que não se observa a mesma disposição para o diálogo direto com o corpo discente, que se encontra em greve justamente em busca de **respostas, escuta e atenção às demandas apresentadas. Agora, os estudantes vão falar.**